

REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES SOBRE CONTABILIDADE

FACULDADE INSTED

**REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES
SOBRE CONTABILIDADE**



Pedro Chaves dos Santos Filho
Reni Domingos Chaves
Mantenedores

Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai
Diretora Geral

Fernando Bumlai
Diretor Administrativo

Fábio do Vale
Coordenadoria Acadêmica

Regina Cláudia S. Fiorin
Procuradora Institucional

FACULDADE INSTED

**REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES
SOBRE CONTABILIDADE**

**Campo Grande, MS
2021**



Copyright © 2021 by Faculdade INSTED, Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai, Fábio do Vale & Regina Cláudia S. Fiorin (Organizadores)
Todos os direitos reservados

Editor da obra

Lucas Yuri da Silva Rodrigues

Arte da capa

Victoria E. S. Mendes

Diagramação

Eduardo Tognon

Conselho Editorial:

Ana Helena Ithamar Passos
Eduardo David de Oliveira
Giovana A. Fazio Zanetti
Jorge Ferreira Dantas Junior
Kiusam de Oliveira
Larissa de Albuquerque Silva

Mariana Fernandes dos Santos
Pâmella Passos
Patrícia Gomes Rufino Andrade
Rita de Cássia V. da Costa
Sônia Guimarães
Suely Dulce de Castilho

Faculdade INSTED; Eva Elise Domingos dos Santos Bumlai; Fábio do Vale; Regina Cláudia S. Fiorin (Orgs).
REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES SOBRE
CONTABILIDADE. 1.ed. / Campo Grande: Faculdade
INSTED, 2021, 100 p.

ISBN: 978-65-998278-2-2

1. Ensino. 2. Interdisciplinaridade. 3. Multidisciplinaridade.
I. Título. II. Faculdade INSTED.

Regina Cláudia S. Fiorin - Bibliotecária

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

APRESENTAÇÃO

A Faculdade INSTED é fruto de pouco mais de 4 anos de construção coletiva da instituição em prol de uma educação de qualidade e que preza pelos processos de ensino-aprendizagem contemporâneos. Percorrer os caminhos que temos transitado é um grande avanço ao se pensar na gama de profissionais e docentes que atuam e fazem a educação transformadora na vida dos estudantes. Saliento que a Faculdade INSTED nasceu com o propósito de inovação no segmento de educação superior. Somos a primeira Faculdade do Centro-Oeste a aplicar as metodologias ativas em seu basilar pedagógico, desde sua estrutura até a matriz curricular. O mundo mudou e a educação precisa urgentemente se transformar para conquistar, e realmente ensinar novos alunos.

Ensinar passa a ter um novo sentido e não vem sozinho, mas sim no diálogo que há entre ensinar e aprender. Ensinar requer uma sala de aula ativa em que o professor, que também passa a ressignificar sua função, possa criar condições para despertar a curiosidade do estudante e lhe permita pensar, conscientizar, questionar sua realidade e a partir da construção do conhecimento, que sobretudo pressupõe um processo coletivo, possa atuar na efetiva transformação dessa realidade. Nesse

preciso sentido, aprender que requer mobilização interna e externa, passa a ter sentido e significado para os atores envolvidos, pois o coloca em movimento contínuo de busca. Esse é o papel em que o docente passa a ser o de mediador, facilitador, orientador, observador e, sobretudo, o de estudioso e pesquisador da sua prática metodológica.

Trazendo a tríade da IES, além do ensino e da extensão, os livros que compõem a Coleção INSTED é resultado do processo da Iniciação Científica da instituição que busca em seu cotidiano de pesquisa-ensino através do *Problem Based Learning* (PBL), e assim sucetivando aos nossos estudantes possibilidades de lidar com a vida fora dos espaço acadêmico da nossa instituição.

Nesse ínterim apreciativo nesta apresentação que faço, proponho a leitura deste e dos demais livros que nos trazem inquietações e que nos ajudam a disseminar conhecimento para o desenvolvimento do potencial humano de qualidade no ensino superior contemporâneo brasileiro.

Eva Elise Domingos Santos Bumlai
Diretora da Faculdade INSTED

SUMÁRIO

CONTROLE INTERNO DENTRO
DAS EMPRESAS PARA
DETECÇÃO DE FRAUDE..... 09

Willian Maachar

A CONTRIBUIÇÃO DA
AUDITORIA INTERNA PARA A
GESTÃO EMPRESARIAL..... 29

Bianca Caroline Sarviano da Silva
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES
NA GERAÇÃO DE
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 49

Willian Maachar

A GESTÃO DE CUSTOS
APLICADA AO TERCEIRO SETOR. 63

Cristhiano Barbosa
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

A IMPORTÂNCIA DAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA A AUDITORIA CONTABEL... 83

Willian Maachar

A IMPORTÂNCIA DA ATUÁRIA NA
GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS..... 91

Aline Lemos de Oliveira

Bruno Rovati Aquino

Juliana de Andrade da Mota

Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção

CONTROLE INTERNO DENTRO DAS EMPRESAS PARA DETECÇÃO DE FRAUDE

William Maachar

Introdução

O presente trabalho busca obter reflexões sobre a relevância do controle interno dentro das pequenas e medias empresas, tendo como objetivo crucial, oferecer à gestão empresarial, sendo que através de seu propósito os gestores poderão alcançar informações lúdimas, inclusive dados contábeis mais forçosos e confiáveis que os ajudem em suas tomadas de decisões. O controle interno nas empresas enfatiza as desvantagens e vantagens no enquadramento das mesmas, delineando sua função e os vários tipos de gestão interna existentes, tendo como ferramenta principal um setor de auditoria interna, como forte aliada na fiscalização e averiguação das análises internas. A pesquisa procura reproduzir toda a envergadura teórico com relação a análise e controle e gestão interna, como também, o detalhamento das etapas de inserção de um sistema interno de controle, trazendo uma perspectiva ao qual demonstra que as pequenas, medias e grandes empresas também podem introduzir sistemas de gestão, ao qual possam atender suas necessidades e que não ultrapassem seus limites financeiros, respeitando sempre a relação de custo e beneficio para estes sistemas, tendo como principal objetivo o monitoramento adequado para proteger seus ativos através de

informações exatas, confiáveis e oportunas, que ajudam a notificar erros, fraudes e atos falhos.

Desenvolvimento

Controle Interno ou Auditoria interna refere-se ao departamento localizado dentro de uma empresa ou negócio, que monitora a eficácia de seus processos e controles.

A função de auditoria interna é especialmente necessária em organizações maiores com altos níveis de complexidade de processos, onde é mais fácil para falhas de processos e violações de controle. A auditoria interna é especialmente necessária em uma empresa de capital aberto, que deve atestar a robustez de seus sistemas de controle interno.

A equipe de auditor é responsável pela seguinte análise: (Detecção de fraude, Avaliações de controle interno, Conformidade legal e regulamentar, Avaliações de processo, Avaliações de risco e Salvaguarda de ativos). A cada dia, as empresas vêm investido rigorosamente em um controle interno, que possibilitam a elas uma segurança mais rígida e confortável com o propósito de assegurar uma execução mais congruente em seus processos, possibilitando assim uma tomada de decisão mais segura e eficaz.

O sistema utilizado como base de pesquisa desse capítulo, procura detectar inadvertência, sendo ela uma fraude ou um descuido por parte do agente que gerencia essa operação. Com esse controle operacional as empresas conseguem manter o foco,

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

conseguindo ao curto e longo prazo um planejamento arduo, que possibilitam a ela uma política de gestão mais eficiente e um crescimento mais amplo em suas atividades.

A área contábil pode gerar informações metodológicas, criando um campo de visão a onde serão aplicadas rotinas que possibilitam ao gestor informações de todos os registros que ocorrem dentro de sua empresa, podendo ainda ser criadas oportunidades de planejamento mais rápido, sendo que esses meios visam ao seu gestor informações constantes e real da empresa.

Analisando a importância e a inevitabilidade do controle interno dentro das pequenas, médias e grandes empresas, essa ferramenta visa aprofundar uma gestão mais ampla, sendo assim a pesquisa desse trabalho vem demonstrar as seguintes questões: qual o impacto que o controle interno pode ocasionar dentro de uma empresa e qual sua importância?

O método de controle interno é um instrumento imprescindível para o crescimento de qualquer empresa sendo ela pública mista ou privada.

Esse conceito deve ser utilizado como mecanismo administrativo tendo como princípios a visão de salvaguardar seus ativos, priorizando caráter preventivo contra erros humanos, sendo eles premeditados ou não.

O gerenciamento adequado ao controle interno, está ligado ao estilo de cada empresa, cabendo a ela pontuar suas metas e fixar um padrão de qualidade e planejamento voltado ao seu ramo de atuação.

Entretanto o controle interno surge como base de sustentação entre aquilo que foi planejado e o que vai ser executado, sendo que a ação do controle interno tem que acontecer concomitante com a execução, sobe pena de transformar o controle interno em uma ferramenta de perícia e não de gestão. Os controles internos, são ferramentas fundamentais para a sobrevivência e crescimento da empresa, especialmente no século XXI que as economias estão globalizadas e competitivas. Através do estudo do tema apresentado este capítulo visa identificar alguns objetivos para analisar como o controle interno funciona dentro de uma empresa, sendo ela de pequeno, médio e grande porte e por meio de levantamento de dados bibliográficos e modelos sobre a elaboração e utilização do controle interno nas empresas como confronto a necessidade de ter um controle interno dentro das entidades.

Saber onde procurar por fraudes é uma componente chave na detecção de fraudes, qualquer item de linha na demonstração de resultados ou no balanço patrimonial está sujeito a manipulação, em certas áreas isso acontece mais regularmente.

Fraude é um termo genérico e envolve uma série de diferentes significados, considerando-se a ingenuidade humana, que é utilizada por um indivíduo para obter uma vantagem sobre outra, por falsa apresentação da realidade. (MARTIN, 2002, p. 19)

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

O auditor deve estar mais em alerta para esquemas em potenciais que afetam a sonegação em uma esfera global. Pensando em esquemas potenciais pode ajudar na identificação de riscos. Na maioria das vezes, o objetivo do relatório financeiro fraudulento é exagerar o lucro líquido ou o patrimônio líquido, embora o oposto possa ser verdadeiro indivíduos estão envolvidos no gerenciamento de resultados e na construção do estoque de reservas durante anos lucrativos a serem utilizados mais tarde, durante períodos de menor desempenho.

Para que o lucro líquido seja superestimado, as receitas normalmente são superestimadas ou seja, despesas normalmente são subestimadas. Para o patrimônio líquido ser exagerado, os ativos também deve ser sobre avaliada ou as responsabilidades devem ser subestimadas.

Na investigação sobre possíveis embustes em licitações, uma importante pista pode estar nos termos empregados e mesmo nos caracteres gráficos das propostas entregues pelas empresas. Muitas prefeituras ainda se utilizam de formulários que precisam ser preenchidos a máquina. Um exame minucioso permite constatar se uma mesma máquina de datilografia foi usada no preenchimento de propostas apresentadas por diferentes participantes do processo. O exame estilístico dos textos, em busca de termos, frases e parágrafos que se repetem em diferentes propostas, também fornece indícios.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

Se na lista de participantes das licitações aparecerem os nomes de firmas idôneas ou conhecidas, é essencial que por meio de um contato direto, se confirme a sua participação no processo. Isso porque alguns empresários se surpreenderam ao serem informados de que haviam tomado parte em concorrências sobre as quais não tinham conhecimento. Suas empresas foram incluídas pelos fraudadores que, para isso, empregaram documentos falsificados. Essa operação de inserir empresas com boa reputação tem o objetivo de “branquear” o processo licitatório. (TREVISAN et al, 2003, p. 36).

O auditor deve entender o programa de identificação de riscos do cliente, não ter um programa desse tipo gera uma potencial bandeira vermelha. A detecção de subornos e propinas é difícil, na melhor das hipóteses, porque estas são tipicamente enterrado em transações de outra forma legítimas, ou seja, a empresa geralmente supera bens e serviços, com o que o perpetrador recebe uma propina de representante do fornecedor. Como tal, subornos e propinas geralmente envolvem função de compra da organização. Alvos potenciais de tais esquemas incluir qualquer pessoa com autoridade para adjudicar contratos ou comprar produtos, tais como estoque, suprimentos, matérias-primas, ativos fixos e software.

Fraude contra o governo: A inexistência de um controle interno rigoroso e a insuficiência na

fiscalização fazem com que o governo seja uma grande vítima de fraudes. A morosidade em sua detecção e a prescrição, de que estes criminosos são beneficiários, contribuem para aumentar a incidência deste tipo de fraude. (JESUS, 2000, p. 62).

Alvos potenciais também podem incluir indivíduos cuja assinatura é necessária para a aceitação de um contrato, como engenheiros, pessoal de qualidade e outros especialistas técnicos. Como as fraudes de corrupção são tão difíceis de detectar, o foco é pesado em direção à dissuasão.

Não se pode também julgar que a auditoria torna impossível a existência de erros e fraudes na escrituração ou nos atos da administração, mas deve-se admitir que ela apenas reduz essa possibilidade. Para que sua eficiência fosse total, seria necessário que se procedesse à revisão integral de todos os registros da empresa, bem como se fiscalizassem todos os atos de seus funcionários e administradores, o que é impraticável. Mesmo a revisão integral dos registros não impede a existência de fraudes, pois estas podem decorrer de fator não contabilizados. (Franco, 1989, p. 26).

Os controles precisam ser excepcionalmente bons nesta área para mitigar o risco de que essas transações ocorram em primeiro lugar. A dissuasão pode começar pela avaliação das áreas em que existem deficiências de controle.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

A contabilidade gerencial é o processo de identificar, medir, analisar, interpretar e comunicar informações para a consecução dos objetivos de uma organização. Esse ramo da contabilidade também é conhecido como contabilidade de custos, sendo que principal diferença entre contabilidade gerencial e financeira é que as informações contábeis gerenciais visam ajudar os gerentes da organização a tomar decisões, enquanto a contabilidade financeira visa fornecer informações às partes externas à organização

Na Constituição Federal de 1988 preservou o parecer da bipartição do Controle dando um sentido ainda mais extensivo. Sendo assim estabeleceu o caput do artigo 70:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia da receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Sendo assim, em seu artigo 74, afirma que a finalidade do Controle Interno:

Art. 74 - O poder Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

- I - Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução de programa de governo e os orçamentos da União;
- II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, nos órgãos e entidades da administração federal, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do Estado;
- IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O trabalho administrativo, especialmente em ambientes governamentais, pode expor jovens profissionais a uma ampla gama de questões e alto nível de responsabilidade precoce. Cada relatório de análise financeira deve ser elaborado de forma clara e objetiva, trazendo para dentro das instituições informações que possam melhorar a compreensão analítica financeira, ao qual impactará positivamente no crescimento da empresa.

Em 1989 o International Accounting Standards Board - IASB ou Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade, aprovou um modelo que estruturava a elaboração dos relatórios contábeis.

Conforme FIPECAFI (2009, p. 2) a estrutura conceitual tem como finalidade:

- a) dar suporte ao desenvolvimento de novos pronunciamentos técnicos e a revisão de pronunciamentos existentes;

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

- b) promover a harmonização das regras, padrões contábeis e procedimentos;
- c) dar suporte aos reguladores nacionais no desenvolvimento de regras locais;
- d) dar suporte aos preparadores de demonstrações financeiras na aplicação das normas internacionais e no tratamento de assuntos que ainda não tiveram sido objeto das normas internacionais;
- e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas internacionais;

Após a aprovação do IASB para reger um parâmetro contábil em relação os relatórios financeiros, sua efetivação demorou em torno de 12 anos. Sendo que no ano 2001 esse modelo foi visto como uma necessidade essencial para atender diversos seus usuários englobando as empresas públicas e privadas. Nesse critério é possível analisar os fatores sócio econômicos de cada País, sendo que cada nação possui uma interpretação social ímpar para desenvolvimento do seu país. Em conformidade aos Princípios da Contabilidade, os relatórios financeiros contábeis possibilitam ao profissional capacitado uma maior visão analítica, perante o empoderamento de uma decisão mais rápido, segura e ágil.

Segundo o CPC a iniciativa se deu em função das necessidades de:

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

- Convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos, e custos nas análises e decisões, redução de custo de capital;
- Centralização na emissão de normas dessa natureza (no Brasil, diversas entidades o fazem);
- Representação e processos democráticos na produção dessas informações (produtores da informação contábil, auditor, usuário, intermediário, academia, governo).

Cada empresa adota uma técnica específica para o funcionamento da sua engrenagem empresarial, ressaltando o local e o dia a dia das pessoas envolvidas, tendo como principal objetivo assegurar a competência e efetividade dos feitos a ser realizados e planejados pela equipe de atuação.

Conforme Attie, (1992):

Controlar é manter uma verificação contínua de os aspectos do plano inicial, com o objetivo de ajustar quaisquer desvios em relação aos objetivos fixados no planejamento.

Nas empresas o conceito de controle está interligado nas ações de ganho ou prejuízo, sendo que suas atividades ou rotinas são calculados para possíveis estratégia a ser abordada e colocada em pratica.

Tendo como base as orientações e fundamentos teóricos que asseguram sua funcionalidade nas

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

tomadas de decisão. Para a abordagem do controle interno funcionar de forma correta, os responsáveis que englobam a gestão devem utilizar ferramentas que auxiliam de forma eficiente e eficaz. Realçando aos seus colaboradores as ideologias da empresa e frisando o conceito adotado da empresa tendo como ela sua, missão visão e valores a ser seguido.

Segundo Araújo (1998 p.05):

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas traçados pela empresa, para salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela administração da companhia.

Vale ressaltar, que o comportamento da equipe envolvida e seus gestores são essenciais para seu o desenvolvimento, tendo em vista o comprometimento ideológico e cultural da empresa. Quando falamos de controle interno, voltado as empresas sendo elas públicas ou privadas, estamos expressando o objetivo de garantir condições ímpares a serem atingidas pela empresa.

Crepaldi (2002, p. 204) afirma:

Controles internos são “os procedimentos, métodos ou rotinas cujos objetivos são proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

Podemos assegurar, que o controle interno nas empresas, tem como objetivo monitorar e supervisionar o desenvolvimento dos serviços a ser executado de forma eficaz, ressaltado o aprimoramento das diversidades a ser encontrados ao longo de suas atividades.

Em pesquisa de Instrução Normativa nº 16, de 20/12/1991, do Departamento de Tesouro Nacional, considera o controle interno sendo como:

O conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados utilizado como vistas a assegurar que o objetivo dos órgãos e entidades da administração pública sejam alçados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público.

Pode se afirmar que o controle interno se compõe de um plano a onde todos os métodos e medidas são organizadas tendo como princípio básico uma estratégia a onde são englobados técnicas que definem um organograma objetivo e claro, utilização de manual e o grau de qualidade e competência e qualidade da empresa.

A contabilidade possui um papel muito importante na área de atuação, sendo uma ferramenta essencial para as empresas, tendo como sua base de execução o auxílio para uma gestão mais

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

organizada, com isso proporcionando uma competitividade mais estratégica.

Conforme Attie (1992):

Os controles contábeis estão diretamente relacionados com o plano organizacional e todos os métodos e procedimentos, principalmente os que são definidos para proteger o patrimônio e a fidelidade dos registros contábeis.

A finalidade do controle contábil nas empresas, visa garantir que todos os procedimentos sejam apontados de forma a outorgar as demonstrações contábeis e financeiras, possibilitando uma análise real e imediata de seus ativos.

Segundo Crepaldi (2004):

Que alguns dos procedimentos e registros que fazem parte dos controles contábeis podem também ser acrescidos ou se sobrepor aos controles administrativos, como por exemplo, os registros de vendas e de custos classificados por produtos que podem ser usados tanto para controle contábil, como para os controles administrativos, uma vez que servem para a tomada de decisão.

Os controles internos são métodos implementados por uma empresa para garantir a integridade das informações financeiras, administrativas e contábeis, além de atender metas operacionais e de rentabilidade e transmitir políticas de gerenciamento em toda a organização.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

Conforme Mosimann e Fisch (1999, p. 78-79), as técnicas de controle abrange as seguintes atividades:

- Estabelecimento de objetivos, metas e padrões que se refletem em procedimentos, normas de conduta, ética profissional e normas de trabalho, devendo estar sempre relacionados com a perfeita compreensão do resultado desejado. Os padrões devem ser expressos em alguma unidade de tempo, dinheiro, unidade física ou por meio de índices. As metas e os padrões devem ser introduzidos no sistema de informações.
- Observação do desempenho de maneira sistemática e coerente com os objetivos, metas e padrões estabelecidos, selecionando-se o que medir e como medir, com o intuito de alimentar o sistema de informações com os dados referentes às atividades realizadas.

Os controles internos funcionam melhor quando são aplicados em múltiplas divisões e lidam com as interações entre vários departamentos dentro da empresa. Nenhum dos sistemas de controles internos são idênticos, mas muitas filosofias fundamentais sobre a integridade financeira e as práticas contábeis tornaram-se práticas de gerenciamento padrão a ser seguida. A eficácia dos controles internos é limitada pelo julgamento humano. Um negócio geralmente dará ao pessoal de alto nível a capacidade de substituir controles internos por razões de eficiência operacional.

Finalmente, controles internos podem ser contornados através de colusões, sedo assim os funcionários que trabalham em conjunto podem atuar de forma que os controles internos não possam detectar ou impedir a ocorrência de fraude.

O procedimento principal para verificação dos controles contábeis internos são as auditorias fazem parte do sistema de controle geral de uma organização e fornecem várias funções de Controle Interno muito importante. Em primeiro lugar, eles podem servir como controle detetive mecanismos, isto é, através de suas investigações de auditoria, os auditores podem identificar e avaliar erros ou omissões, ou variações entre a condição atual e predeterminada critério.

As auditorias podem ser um mecanismo de controle preventivo, que erros, distorções e atividades fraudulentas não ocorrem em primeiro lugar. As auditorias envolvem a comparação das condições atuais e existentes de um processo, organização, divisão ou conta para critérios predeterminados e aceitos.

Uma variedade de auditoria procedimentos podem ser usados. Procedimentos de auditoria são as atividades que o auditor executa obter provas suficientes e competentes para garantir uma base razoável para a opinião de auditoria.

Exemplos de alguns procedimentos de auditoria disponíveis para os auditores incluem: observação de pessoal ou procedimentos, exame físico de bens, averiguações ou entrevistas com pessoal, confirmação com partes externas, retificação

ou recálculo de dados, exame de documentos e procedimentos analíticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando a definição de adequação do controle interno como controle de fraude adotada para este estudo, as práticas de controle interno entre empresas de pequena e médio e grande porte é importante um profissional da área contábil para uma detecção mais segura.

Este estudo enfocou práticas de controle interno, dentro das empresas, os resultados do estudo são baseados em pesquisas bibliográficas em organizações bem estabelecidas que possuíssem práticas de controles internos bem instituídos. Em pesquisa foi constada que todas as auditorias, o auditor deve obter um entendimento do controle interno suficiente para planejar a auditoria, realizando procedimentos para entender o planejamento dos controles relevantes para uma auditoria das demonstrações contábeis e determinar se eles foram colocados em operação.

Ao obter esse entendimento, o auditor considera como o uso de uma tecnologia da informação - TI, por uma entidade e os procedimentos manuais podem afetar os controles relevantes para a auditoria.

O auditor então avalia o risco de controle para as afirmações relevantes incorporadas no saldo da conta, classe de transação e componentes de divulgação das demonstrações contábeis.

Independentemente do nível de risco de controle interno avaliado, o auditor deve executar procedimentos substantivos para todas as afirmações relevantes relacionadas a todas as contas e divulgações significativas nas demonstrações financeiras.

Os diferentes elementos do ambiente de controle são a filosofia e o estilo operacional da administração, a maneira pela qual a gerência atribui autoridade e responsabilidade, o modo como a administração organiza e desenvolve os funcionários, e a atenção e direção fornecidas pelo conselho diretor. A implicação política dessas descobertas é que há necessidade de incentivar e apoiar pequenas empresas a crescer e expandir em tamanho, a fim de empregar efetivamente medidas de controle interno, cuja falta está firmemente estabelecida como uma das principais causas de falhas de negócios em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Introdução à Auditoria: breves apontamentos de aula aplicáveis à área governamental e aos programas de concursos públicos. 1. Ed. Salvador, 1998.

ANTHONY, Robert Newton. Contabilidade Gerencial: uma introdução à contabilidade. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo. Atlas, 1976. C. 4, p. 403- 408: Contabilidade nas decisões da empresa.

ATTIE, W. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 1986.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

ATTIE, Willian. Auditoria interna. São Paulo, editora Atlas S/A, 1992.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

DOMINGUES FERNANDEZ, José. Estudo de um modelo integrado de informações econômico-financeiras e sua integração com o processo decisório. São Paulo. 1989. 202 p. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

FIPECAFI. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992.

INSTITUTO DE AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. Auditoria Interna. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1971.

LEHMAN, G. (2006) Perspectives on language, accountability and critical accounting: An interpretative perspective, Critical Perspectives on Accounting, Volume 17, Issue 6, September, p.755-779.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

MARION, José Carlos. Análise das Demonstrações Contábeis – Contabilidade Empresarial. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSIMANN, Clara Pellegrino; FISCH, Sílvio. Controladoria: seu papel na administração de empresas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo. Atlas, 1994. C. 1, p. 31-50. Contabilidade Gerencial como sistema de informação contábil.

Sites de pesquisa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – www.cfc.org.br e Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul (CRC/MS) – www.crcms.org.br. Acessado em:> 20 de março de 2018.

TREVISAN, Antoninho Marmo. et. al. O Combate à Corrupção nas Prefeituras do Brasil. 2. ed. aum. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.

A CONTRIBUIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA PARA A GESTÃO EMPRESARIAL

Bianca Caroline Sarviano da Silva
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

INTRODUÇÃO

O cenário contábil tem passado por várias alterações em sua legislação, com isso, as empresas constantemente estão em busca de profissionais capacitados para auditar sua contabilidade. Muito são os motivos que levam a essas situações, como negligência profissional, má intenção de terceiros e incapacidade técnica.

Dessa forma, se faz necessário a presença de um auditor interno para prevenir tais problemas. O objetivo da auditoria interna é fundamental para verificação da veracidade das informações, atender as exigências dos usuários, inibir irregularidades, auxiliar na tomada de decisões, fornece soluções preventivas e educativas antecipando os fatos e visando a eficiência e eficácia.

Além da verificação das informações auditadas e do controle interno, auxilia no processo de gestão da pessoa jurídica com uma adequada estrutura de controle interno. Com base no apresentado sugere-se a seguinte questão de pesquisa: **O estudo é norteado a partir do problema de pesquisa: qual a**

importância da auditoria interna para a gestão empresarial?

No auxílio para responder a questão proposta, criou-se um objetivo geral onde visa demonstrar a finalidade do papel da auditoria interna contábil na gestão da organização, para auxiliar na tomada de decisão de forma eficaz e sucinta, através de dados contábeis com melhorias e atualizações para os moldes pós-auditoria.

A metodologia a ser utilizada, é a pesquisa qualitativa e descritiva, através de pesquisa revisão bibliográfica, sendo que, a revisão realizada tem base nas linhas teóricas dos seguintes autores: Franco e Marra; Melo e Santos; Floriano e Lozecky, Sá e Galo e Barbosa. Abrangendo o período de 2001 a 2017 que visa à importância de um auditor interno para a gestão da empresa. Em relação à estruturação, o trabalho está dividido da seguinte forma: no início apresenta-se esta introdução; em seguida os conceitos de auditoria; gestão empresarial e etapas da auditoria interna na gestão empresarial.

DESENVOLVIMENTO

A palavra auditoria tem como origem o latim *audire*, cujo significado é ouvir. Os ingleses ampliaram esse conceito a *auditing* com sentido para revisão e verificação. No âmbito do estudo da ciência contábil, de maneira geral a auditoria, seja ela externa ou interna consiste em aferição de procedimentos contábeis como, conferir, analisar, avaliar e verificar resultados dentro de um

determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe dentro de uma organização. Neste contexto, segundo Franco e Marra (2001): A contabilidade, através de suas técnicas e procedimentos, estuda e controla o patrimônio, com a finalidade de demonstrar e fornecer informações sobre sua estrutura e sua composição.

A auditoria interna surge da ramificação da auditoria externa, devido às empresas sentirem a necessidade de ter no seu quadro de funcionários um profissional fixo para acompanhar os processos da organização. Toda empresa ao iniciar no mercado necessita da criação do controle interno. Abrangendo toda a área de produção e administrativa da empresa, o controle interno é necessário e utilizados em todos os departamentos.

O trabalho executado pela auditoria compreende o exame de documentos, registros, livros, inspeções das informações internas e externas, relacionadas com o patrimônio da entidade, com o objetivo de comprovar se os registros contábeis estão sendo executados de acordo com as normas de contabilidade, e se suas demonstrações contábeis refletem a situação econômico-financeira conforme os registros.

O trabalho da auditoria leva segurança a contabilidade, pois tem como objetivo confirmar a confiabilidade dos registro legais, fiscais, controle patrimonial e dos fatos contábeis, aperfeiçoando seus fins e auxiliando na divulgação das informações para sua ação preventiva, para confirmar a veracidade dos documentos aos administradores. Entretanto, a

finalidade da auditoria vai além de confirmar a veracidade dos registros, mas julga também a moralidade do ato praticado como erros, fraudes ou irregularidades praticadas por funcionários e administradores.

A auditoria interna tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, sistemas de computação, informação, qualidade dos serviços e produtos da entidade. Os objetivos da auditoria interna são: (i) verificar as normas internas estão sendo seguidas; e (ii) avaliar a necessidade de novas normas internas ou de modificação já existentes.

A auditoria interna pode atuar em qualquer tipo de entidade pública ou privada, devido ser autônoma e independente, exclusiva do contador bacharel em ciências contábeis com registrado no Conselho Regional de Contabilidade. O auditor precisa ter capacidade de lidar com pressão por prazos e resultados, manter sigilo e ética sobre seu trabalho.

A auditoria busca a identificação de não conformidades, prevenção e detecção de falhas, discrepâncias nas atividades, confiabilidade das informações geradas, emiti opinião conclusiva a respeito das operações examinadas, avalia sistema de controle interno e o desempenho da organização, auxilia a alta administração e os demais membros.

Para exercer a auditoria interna é necessário conhecimentos em controles internos, devendo os auditores serem capazes de se comunicar de forma clara e objetiva, verbalmente e por escrito, transmitir conclusões e recomendações eficazes para facilitar a

identificação de possibilidade de melhorias ou deficiências. Segundo Melo e Santos (2017):

O desenvolvimento desse profissional dentro das empresas passa a ser bastante importante dentro das entidades, pois auxilia na tomada de decisão. Como esse profissional trabalha de forma integral na entidade, ele analisa todos os processos internos com a intenção de melhorar qualidade dos serviços prestados pelos setores. (MELO e SANTOS, 2017, p. 13).

O auditor que atua nessa área exige clareza e segurança quanto ao preenchimento de papeis, pois qualquer erro é de responsabilidade do auditor, por esse motivo não é permitida negligência e nem que se abram exceções, se não tiver todas as exigências solicitadas levará a imagem do profissional ao fracasso.

Auditoria tem por finalidade averiguar as demonstrações financeiras da entidade, registros contábeis, documentos, livros, transações, procedimentos efetuados e controle do patrimônio interpretando e resumindo essas informações fornecidas pela contabilidade.

O auditor deve se comunicar através de seus relatórios que é um instrumento técnico que deve ser redigido com imparcialidade e objetividade, nele destacam-se vulnerabilidade do controle interno, identificando consequências geradas, passíveis de ocorrer e procurando prevenir o controle interno. O auditor deve assegurar o sigilo das informações

obtidas durante a execução do seu trabalho na entidade auditada, somente será divulgado qualquer tipo de informação caso o auditor seja autorizado por escrito pela entidade na qual foi contratado para executar seu trabalho.

A auditoria interna pode atuar de diversas maneiras dentro de uma empresa, pois a mesma abrange todas as atividades e segmentos da entidade, apresentando assim informações de maneira confiável. Floriano e Lozecky (2008, p. 2): “O controle interno aplicado e monitorado de maneira contínua dentro da entidade tem efeito preventivo sobre os procedimentos por ela adotados.”

A ausência de controle administrativo torna o sistema inadequado, por falta de confiança em seus relatórios nota-se que o controle interno é fundamental para as entidades, tanto públicas e privadas, devido ter foco no monitoramento do sistema de controle interno, implantando e desenvolvendo soluções preventivas e corretivas de forma eficiente e eficaz para minimização de despesas e auxiliando na tomada de decisão da empresa, sendo auxiliada através dos relatórios contábeis com base nos registros e dos controles das demonstrações financeiras.

A auditoria interna tem como intuito primordial ajudar a administração para que ela possa ter o conhecimento da maneira como se desenvolve as atividades dentro da entidade, oferecendo assim melhores ferramentas para um desempenho adequado de suas obrigações, proporcionando apreciações, e recomendações necessárias acerca das

atividades desempenhadas (GALO e BARBOSA, 2010).

Desta forma percebe-se que a auditoria interna contribui para gestão empresarial como ferramenta de apoio na tomada de decisão indicando soluções educativas e preventivas, visando à eficiência e eficácia dos controles internos. Além de ser uma ferramenta de aprimoramento dos controles internos para evitar fraudes, erros e desperdícios, auxilia no crescimento da organização.

As empresas utilizam a auditoria como meio de fiscalização e verificação dos controles internos para fornecer informações e evidências confiáveis e precisas, a auditoria se tornou necessária para as entidades na verificação e fiscalização dos fatos observados e pela busca de aperfeiçoamento de processos que auxiliem a identificar distorções relevantes e tomar providencias cabíveis.

A auditoria surge da necessidade de dar maior ênfase nos controles e procedimentos internos, servindo o princípio contábil da continuidade em busca da excelência no mercado que atua. Há diversos fatores que influenciam a implantação da auditoria interna dentro de uma entidade, como a eliminação de erros, ou seja, as empresas estão preocupadas com a veracidade das informações se estão plenamente confiáveis pois sem isso é impossível determinar prioridades e reduzir prejuízos.

Os auditores muitas vezes se deparam com erros e fraudes que apesar de ser parecidos são de forma distinta. A fraude é toda ação feita de forma voluntaria, com omissão dentro da empresa com

adulteração de documentos. O erro é todo ato cometido de forma involuntária, interpretação errada dos registros e desatenção.

As irregularidades cometidas dentro de uma empresa só poderão ser descobertas no trabalho de auditoria, a descoberta se dá pelo procedimento de auditoria interna e pelos métodos de observação dos mesmos. Os procedimentos de auditoria interna são os exames, testes de observância e testes substantivos, permitindo ao auditor obter provas para fundamentar suas recomendações e conclusões.

Em um quadro de mudança crescente a auditoria tem sido vista pelos empresários não mais como um custo ou obrigatoriedade, mais como aliada na tomada de decisão além de ser um diferencial nesse mercado competitivo cada vez maior. Portanto a auditoria contribui de forma relevante para o desenvolvimento das empresas.

A gestão é algo essencial para o sucesso de uma organização, pois através da gestão é possível identificar as potencialidades da organização e os desafios que precisam ser superados. De acordo com Atkinson, Kaplan, Matsumura e Young (2015, p. 36): “contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas”.

Gestão empresarial é uma atividade que administradores, diretores, gestores, entre outros tem o papel de melhorar a produtividade e aperfeiçoar a competitividade do seu negócio. Para que sua gestão consiga obter bons resultados, de forma eficiente e

eficaz, se torna necessário corrigir erros e problemas que possa afetar o objetivo da empresa.

Amorim (2019, p. 2) ressalta que: “as atividades econômicas, cada vez mais globalizadas, evoluem em termos de velocidade e de complexidade. O volume de informações produzidas pelos ambientes competitivos cresce exponencialmente”.

A partir desse cenário de mudanças e inovações, o setor empresarial tornou-se ainda mais competitivo, neste sentido, as empresas e organizações começaram a investir no serviço contábil, pois é um setor que contribui de forma significativa para a tomada de decisão dos gestores empresariais.

Jones e George (2011) destacam que os gestores não podem planejar e executar ações se não tiverem acesso à informação. Da mesma forma que, o excesso de informação também é prejudicial se não souber separar o que é útil e não, conforme pontua Figueiredo (1995):

(...) define gestão como ato de gerir, ou seja, o processo de tomada de decisões, distribuindo a segregação de responsabilidade e de controle, considerando assim, a responsabilidade intrínseca ao poder assumido. (FIGUEIREDO, 1995, p. 32)

Saliente que tomada de decisão é o processo de análise e escolha entre alternativas disponíveis de curso de ação que a pessoa devera seguir. Entende que o gestor poderá fazer a cerca de tal situação que

sejam tomadas as medidas necessárias para alcançar os objetivos pretendidos (CHIAVENATO, 2000, p. 348).

A alta administração define onde os funcionários das entidades devem concentrar suas atividades, utilizando métodos desafiadores como metas e culturas organizacionais voltadas á inovação, aprendizado, comprometimento com resultados a curto e longo prazo.

Para a gestão empresarial, a auditoria interna tem a melhorar o operacional da empresa agregando valor em suas atividades através de uma avaliação sistemática. A auditoria tem a visão de identificar quaisquer riscos em relação as atividades que ela desempenha de forma eficiente e eficaz em todos os setores, além de realizar um aperfeiçoamento das estratégicas da gestão empresarial para que dessa forma possa alcançar seus objetivos, com isso desenvolver a competitividade no mercado se tornando cada vez mais acirrada pela busca de seus clientes. Os gestores necessitam conhecer melhor o mercado em que a empresa está inserida, se adequando as novas tecnologias e inovações pelas quais a sociedade passa.

A gestão empresarial é um ramo que vem sendo muito discutido na atualidade, pois diante de um cenário tão competitivo no mundo capitalista, as empresas e organizações, sejam elas com fins lucrativos ou não, necessitam de uma boa organização e gerenciamento de suas ações para se manter no mercado. De acordo com Vaz (2013):

Influências internas e externas são latentes no processo de gestão de uma entidade empresarial, seja ela com ou sem fins lucrativos; Indústria, Comércio ou Serviço; Entidade Privada ou Pública. Tais processos de gestão estão relacionados a diversos aspectos empresariais, seja por exigências de regulamentação, adoção de boas práticas de governança, transparências nas decisões, etc. Nas Ciências Sociais aplicadas, linha de conhecimento da Administração de Empresas, existem inúmeras ferramentas e abordagens de gestão que são utilizadas pelos seus gestores no processo de administração das entidades empresariais. (VAZ, 2013, p. 13)

Neste sentido percebe-se a importância que a contabilidade e a auditoria interna têm para as empresas, pois através das práticas gerenciais as organizações identificam os desafios a serem superados, estabelecem metas, criam estratégias que irão contribuir para a tomada de decisão e, conseqüentemente para o alcance dos objetivos.

De acordo com Freitas (2017, p. 1) o objetivo é “ajudar a identificar e qualificar objetivos estratégicos, fazendo chamadas de julgamento sobre onde a empresa está atualmente internamente”, tendo como função “descobrir as forças e fraquezas na empresa para enfrentar as ameaças e potencializar oportunidades”, aumentando assim os lucros.

Nota-se assim a importância de um bom gerenciamento, em especial ao que diz respeito a auditoria interna, pois a falência vem por fatores

financeiros. Atualmente as empresas enfrentam um grande desafio para se manterem no mercado, isso se deve a grande competitividade, especialmente por causa das inovações tecnológicas, sendo assim, as empresas devem buscar ações que visem o bom controle interno de suas ações, para que assim alcancem seus objetivos e metas.

Sendo destacado que todas as empresas têm problemas, mas as formas de resolvê-los e/ou minimizá-los é que vão fazer a diferença. Neste sentido, ao passar dos anos foram descobertas novas tentativas de sustentação no mercado, entre elas se destacam as ferramentas de gestão.

Através do trabalho do auditor interno, um gestor consegue informações confiáveis e tempestivas, além de alimentar seu modelo de decisão fidedignas e tempestivas as empresas implementam um sistema de controle interno com dados confiáveis para reportar aos seus interessados.

A contabilidade é essencial para a manutenção de uma organização no mercado, pois auxilia na tomada de decisão e na estabilidade financeira. A contabilidade tem por objetivo mostrar aos gestores de uma organização todos os valores presentes: custos, despesas, receitas, lucros, enfim, engloba tudo o que está relacionado ao financeiro.

Percebe-se a importância do trabalho em equipe e do bom planejamento para a sustentação de uma empresa no mercado, assim como também da escolha correta das ferramentas de gestão que irão melhor atender as necessidades da organização. O trabalho do auditor interno no que se refere a

assessoria ao gestor, se observa que as normas da auditoria, contribui para os resultados da entidade, possibilitando a redução dos riscos que ela está exposta no cenário empresarial.

A auditoria divide-se em três partes, sendo elas: etapa inicial; execução e conclusão. Na etapa inicial o auditor irá atender as necessidades das entidades que solicitaram o seu serviço, verificando informações que ela lhe fornece, essas informações são a base para iniciar o trabalho. De acordo com Attie (2011):

A etapa inicial consiste em uma solicitação dos serviços de auditoria pela empresa interessada, visto que os auditores devem manter a soberania de sua independência, não podem angariar nem aliciar a contratação de clientes, conforme CVM nº 308/99, arts. 26 a 29 e art. 31. (ATTIE, 2011, p. 3).

Ainda na etapa inicial dos trabalhos de auditoria deve haver identificação do volume de trabalho em razão dos procedimentos a serem aplicados para determinação dos honorários. Esse dimensionamento é realizado com base nas informações fornecidas, como ramo de atividade no qual atua, linha de produto, dimensão da empresa, armazenamento de inventários, volume do faturamento, quantidade de funcionários, volumes de lançamentos contábeis e principais operações. Sá (2007) descreve que:

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

Para o auditor desempenhar sua função de pesquisa sobre a segurança dos controles internos, ele deverá empregar seus esforços de análise, seguindo as rotinas de serviços, testando-as, avaliando os casos de falhas, a fim de convencer-se de que os sistemas empregados são de boa qualidade. (SÁ. 2007, p. 94)

A auditoria interna tem o papel de reduzir negligências, erros, fraudes, a ineficiência, buscando contribuir para o controle administrativo da empresa, de modo que proporcione uma maior confiabilidade e segurança patrimonial nos relatórios gerenciais e contábeis.

Outro passo na etapa de execução da auditoria é o estudo e a avaliação dos controles internos. O sistema nervoso entendido como um adequado sistema de controle interno permite o desenvolvimento das atividades com fluidez e nos tempos devidos de forma eficiente.

Ao finalizar o parecer de auditoria, são elaborados os relatórios com suas notas explicativas e o seu parecer de forma clara com informações úteis à administração para tomada de decisões corretivas e com melhorias de controles internos. Desta forma estará contribuindo para a alta administração analisar as visões administrativas referente as ferramentas de controle interno, avaliando a relevância do gerenciamento das informações passadas.

Um bom sistema de controle interno funciona como uma peneira para localizar erros e

irregularidades. Portanto torna-se fundamental o papel do auditor para produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração. Não adianta a empresa possuir um excelente sistema de controle interno se não houver um controle periodicamente pelo seus funcionários.

Etapas fundamentais para o processo de auditoria esta em cinco etapas atribuídas á regularidade, eficiência da gestão organizacional e análise. Com resultado na otimização dos controles interna da organização.

Planejamento e levantamento do processo, essa etapa é fundamental para alcançar o resultado esperado na auditoria. Nesta fase, a auditoria atualiza e revisa o planejamento se necessário. Os objetivos básicos de planejamento são: identificar problemas; definir as análises para execução dos trabalhos em tempo hábil; garantir a regularidade das análises e avaliações a serem realizadas pela equipe da auditoria; distribuir a divisão das atividades, evitando sobrecarga de tarefas.

Programa de trabalho: essa etapa é destinada á definição de objetivos, de metas e script de procedimentos que tem a finalidade de conduzir a auditoria pela realização do processo. Os métodos utilizados para análise, avaliação e registro das informações na etapa de execução do trabalho. O cronograma deve ser respeitado para garantir o resultado do trabalho.

Execução, essa etapa é a execução propriamente dita dos métodos definidos na etapa de programa de trabalho. Nesta etapa respeita-se a

seguinte ordem: reunião de abertura dos trabalhos: reunião entre a equipe responsável pela auditoria e a diretoria da organização para esclarecer e apresentar os objetivos a ser executado em seu trabalho.

Estudo e avaliação dos controles interno: levantamento de informações que possam servir para entender a estrutura do processo realizado. Aplicação dos programas de auditoria: deve seguir a estrutura pré-determinada, assim garantindo coerência natural e lógica das atividades do auditor responsável pelo fluxo das atividades. Registro do trabalho: o auditor realiza através de observações de caráter contábil e financeiro. Essas informações será utilizada no parecer final, que ira posicionar situações e fatos encontrados.

Relatório de conclusão: o relatório ou parecer é o documento documenta todo trabalho de auditoria realizado, expondo os processos, deficiências ou fraudes encontradas durante a análise dos processos. Necessário que a linguagem no relatório seja clara e objetiva de maneira que possibilite o entendimento a pessoa interessada. O relatório poderá ser entregue de forma parcial a auditoria, assim se a equipe constatar irregularidades seja feito os ajustes necessários.

O auditor deve respeitar todos os princípios da contabilidade, manter sigilo das informações, não podendo realizar qualquer revelação a terceiros após o término do vínculo com a empresa sem autorização da organização. As informações contidas no relatório conclusão de auditoria deve reunir essencialmente:

contextualização do trabalho; metodologia; constatações; recomendação; e anexos.

O objetivo dessa etapa é assegurar que seja executados os novos projetos de acordo com o que foi direcionado, garantindo a prevenção de irregularidades e contribuindo para o planejamento das próximas auditorias. Para alcançar esse propósito, o responsável pela auditoria executa o planejamento do seu trabalho apropriadamente.

CONSIDERAÇÕES

A auditoria interna caracteriza-se como uma ferramenta de melhoria, é de suma importância para uma empresa, diante do constante crescimento das empresas nos últimos anos, ela vem se destacando cada vez mais como uma ferramenta indispensável. Os administradores e os gestores com o objetivo de realizar seu trabalho de maneira eficaz necessitam de um profissional que verifique se o sistema de gestão e controles funciona com efetividade e se as informações são precisas e confiáveis.

Desta forma conclui-se que a auditoria contribui de forma positiva, pois auxilia nos cumprimentos das normas, produz informações tempestivas com confiabilidade dando suporte a alta administração. O trabalho da auditoria vai muito além da entrega de relatórios e observações retificadas e seu posicionamento, auxilia os gestores das organizações a melhorar a maneira que esta sendo proposto as normas internas para prevenir irregularidades ou atos ilegais.

O desenvolvimento dessa pesquisa se deu com intuito de conhecer quais contribuições a auditoria interna pode oferecer para a gestão empresarial, pois a partir do momento em que a empresa busca ferramentas e procedimentos para monitorar suas operações ela adquire a capacidade de proteger seus ativos, melhorando seu desempenho e evitando problemas referentes a erros e fraudes.

Por fim, concluído que a auditoria interna auxilia nas tomadas de decisões por parte dos administradores de acordo com os relatórios apresentados. Diante de tal relevância recomenda-se a realização de pesquisas futuras referente o tema, de maneira a integrar a mais empresas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. F. B. A importância da Contabilidade Gerencial para a gestão dos negócios. 2019. **Revista científica semana acadêmica**. v. 1, n. 78, 2015.

ATKINSON, A. A.; KAPLAN, R. S.; MATSUMURA, E. M.; YOUNG, S. M. **Contabilidade Gerencial: informação para tomada de decisão e execução da estratégia**. São Paulo: Atlas, 2015.

ATTIE, W. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Akron Books, 2007.

FIGUEIREDO, S. Contabilidade e a gestão empresarial: a controladoria. **Revista brasileira de contabilidade**, v. 24, n. 93, p. 20-34, 1995.

FLORIANO, J. C.; LOZECKYI, J. A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial. **Revista Eletrônica Lato Sensu**, v. 1, n. 5, p. 1-8, 2008.

FREITAS, A. **Ferramentas de gestão**: quais são as essenciais para a sua empresa? 2017. Disponível em: <https://blog.ambra.education/ferramentas-de-gestao-essenciais/>. Acesso em: 30 março. 2021.

GALO, G. C; BARBOSA, R. A. O. **Auditoria interna e externa**. 2010. Disponível em: <http://www.univale.com.br/portalnovo/imagens/root/anaisadmix/5.pdf>. Acesso em: 15 mar 2021.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

MELO, M. M.; Santos, I. R. **Auditoria contábil**: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade emitidas até 2011, em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pela Federação de Contabilidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

SÁ, A. L. **Curso de Auditoria**. 10. Ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

VAZ, D. V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013.

A UTILIZAÇÃO DE SOFTWARES NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Willian Maachar

INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstrará os benefícios da informatização da contabilidade, profissionais contábeis e alguns impactos negativos, mostrando assim a importância dos profissionais contábeis em se manter atualizados. Analisar a utilização de softwares para geração de informação tanto para o governo (usuários externos) como para os acionistas e sócios (usuários internos).

Primeiramente a informatização é algo que vem acontecendo em todas as áreas profissionais possíveis, temos vários exemplos como à construção civil, medicina, arquitetura dentre outras, e não diferente disso a contabilidade vem passando pelo mesmo processo, logo cabe aos profissionais contábeis buscarem cursos de reciclagem para se manter dentro do mercado de trabalho de maneira competitiva.

Com a chegada da informatização temos novos termos em nossas rotinas como backups, software e vírus, portando hoje podemos afirmar que a contabilidade é uma profissão que é dependente da informática para concretização de suas rotinas.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

A chegada da informatização também abre um novo campo no mercado de trabalho, são os programadores e os desenvolvedores de softwares contábeis cuja finalidade é facilitar a vida do profissional contábil trazendo para os mesmos a maior integração, entre os serviços de folha de pagamento e departamento fiscal com a contabilidade tornando a vida do contador mais ágil dentro do escritório e deixando o profissional contábil com mais tempo para realizar análises específicas de seus clientes.

A elaboração desta pesquisa terá como ponto de partida a pesquisa documental, através de relatórios de pesquisas, revistas, jornais e consulta de sites referente ao assunto. Pois segundo Gil (2008, p.51) a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Em seguida será realizado pesquisas bibliográficas, que segundo Fonseca (2009, p.21), “pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde a publicação avulsa, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas...”.

O estudo de caso é apresentado por (Martins e Theóphilo, 2007, p. 61) como:

[...] uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro do seu contexto real (pesquisa naturalística), onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos variáveis,

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto [...] O estudo de caso possibilita a penetração na realidade social.

E com isso demonstrar de maneira real a realidade pesquisada pois segundo Triviños (1987, p.110), “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. A pesquisa será feita através de uma pesquisa junto aos profissionais contábeis, por meio de empresas existentes no mercado de Campo Grande MS, prestadoras de serviços contábeis.

Como em tudo temos o lado positivo onde podemos colocar a agilidade de processos, a melhoria na qualidade dos serviços contábeis, maior segurança das informações, menor espaço físico no ambiente de trabalho dentre outras. Também temos o lado negativo onde podemos colocar a extinção de alguns cargos antes essências para o escritório contábil e tomada de decisão equivocada por má parametrização dos softwares contábeis.

Afim de demonstrar as alterações no decorrer do tempo na profissão contábil busca-se compreender a importância do profissional contábil em se manter atualizado com as novas exigências do governo.

Desenvolvimento

A estrutura desta pesquisa será elaborada dentro dessa ordem I) Coleta de informação por meio

de entrevista; II) Análise dos escritórios Contábeis; III) Analisar as respostas por meio de entrevista desenvolvida para com os proprietários dos escritórios de contabilidade localizados em Campo Grande – MS.

Para ter a real visão do assunto no momento em nosso país será realizado uma entrevista com profissionais de contabilidades.

A pesquisa será feita em visitas realizadas em escritórios contábeis existentes na cidade de Campo Grande – MS com o intuito de verificar junto com os mesmos a real importância e necessidade em se manter atualizados com a utilização de novos softwares da contabilidade.

Após verificar as respostas do questionário aplicado, as respostas serão representadas em gráficos.

Pois no que diz respeito à análise e interpretação dados pode-se citar (GIL, 2009, p. 125). "o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teoria, quer sejam de estudos realizados anteriormente".

Atualmente a contabilidade brasileira vem passando por várias alterações em suas obrigações assessórias e por conta disso a utilização de softwares

vem sendo cada vez mais indispensável para cumprir todos os requisitos solicitados pelo governo.

Além de cumprir todos os requisitos solicitados pelos órgãos governamentais os profissionais contábeis têm que se manter atualizado uma vez que se não tiver o conhecimento referente às novas exigências esses profissionais estão fora do mercado de trabalho. Logo, hoje vemos a importância de ter softwares preparados para todas essas inovações com softwares realmente preparados o profissional contábil torna-se um auditor, analisando todas as informações de seus clientes antes de transmiti-las para o governo.

A presente pesquisa realizada por uma entrevista estruturada avaliou a importância e a utilização dos softwares contábeis para o gerenciamento organizacional. O projeto desenvolvido, junto aos escritórios de contabilidade possui uma média de 10 anos de sistematização dos serviços contábeis, através de softwares que auxiliam no gerenciamento das informações a serem apresentadas aos seus clientes.

Onde as principais dificuldades encontradas foram a adaptação com novas tecnologias e o difícil acesso ao sistema operacional no início da informatização da contabilidade, já nos dias atuais as principais dificuldades são o treinamento dos profissionais que atuam no dia-a-dia com as ferramentas, onde cada sistema tem sua sistemática dificultando um modelo de aprendizagem para os novos profissionais da área contábil, além disso outra grande dificuldade é em encontrar profissionais

empenhados em aprender as rotinas de um sistema contábil.

O treinamento desses profissionais em muitas das vezes é realizado de forma presencial o que ajuda bastante pois os consultores acabam vendo a realidade das organizações e assim aplicando o treinamento com foco sobre as dúvidas de cada setor da organização, porém em algumas ocasiões também é utilizado o treinamento via web o que facilita a interatividade de vários colaboradores obtendo assim um melhor aproveitamento. Um dos pontos negativos do treinamento presencial é o alto custo que isso gera para as organizações contábeis que em muitas vezes realizam um investimento em cima de um profissional específico e este mesmo profissional acaba saindo da organização e assim os escritórios precisam fazer todo um investimento em treinamento novamente.

Após realizados os treinamentos junto aos profissionais que atuam dentro da organização, pode-se notar outras dificuldades com a modernização da contabilidade a conscientização dos clientes na geração das informações principalmente para atender os SPEDS, onde muitas empresas acabaram não investindo em seus sistemas criando assim uma demanda de trabalho na correção dos arquivos gerados pelas empresas e que os escritórios fazem as apurações dos impostos e enviam aos órgãos competentes através do sistema informatizado o que facilita a correção dos arquivos porém as datas de entrega dessas obrigações obriga um esforço a mais para entregar tudo dentro do prazo.

E com a chegada da informatização hoje temos várias melhorias além da rapidez na correção das informações, podemos citar também a rapidez na geração de relatórios para tomada de decisões além também na economia principalmente de papel onde antigamente era necessário resmas e mais resmas de papel para imprimir os livros obrigatórios controles de entrada e saída hoje temos isso em apenas alguns cliques com isso a contabilidade fica cada vez evidente como uma profissão para o futuro.

“Na área contábil todas as atividades são fortemente dependentes dos computadores e das telecomunicações, se não forem por eles absorvidos, justamente como algumas atividades contábeis que estão sendo executadas através de softwares”. Segundo (Elliott, 2001, p. 361).

“Uma das grandes melhores é a rapidez na informação onde segundo (Tostes, 2005, p. 53). “A disseminação de informação contábil e financeira via internet vêm se tornando a regra no ambiente empresarial. Existem bons motivos para esse fenômeno: O custo desta disseminação é menor do que o envio de relatórios escritos ou publicação na imprensa. A comunicação interativa, via homepage, estreita a relação usuário-empresa e permite consultas, críticas e sugestões, orientando a administração; O nível de evidenciação melhora devido à facilidade de suplementar a informação obrigatória tradicional. Para suplementar e facilitar acesso às informações providas pelas empresas (incluindo as oficiais requeridas pela

bolsa e autoridades em geral), criou-se empresas de mídia especializadas em prover informação financeira, onde o interessado pode acessar dados numéricos, análises e artigos publicados sobre economia, ramo de atividade e empresas específicas. Entre as mais conhecidas podemos citar Bloomberg, Reuters, Standard & Poors e Edgar Online. No Brasil esse papel é exercido pelos grandes bancos, corretoras, algumas software houses, como Partner Online e Economática. Além destes, órgãos públicos como a Securities and Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, e sua equivalente no Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) oferecem, também, informações contábeis em seus sites. As próprias empresas, cotadas em bolsa, criaram websites interativos, cuja flexibilidade para fornecer dados financeiros e não-quantitativos melhora constantemente”.

Um dos principais motivos por toda a modernização da contabilidade de alguns anos para cá, é por conta da criação de relatórios solicitados por investidores para saber se tal investimento lhe será rentável em um futuro. Segundo (Tostes, 2005, p. 52).

“Por sua vez, os usuários da informação contábil deixaram de ser apenas o fisco, investidores e credores, estendendo-se para professores, sindicatos, consumidores, prefeituras, ambientalistas, ONGs e outras comunidades. Para atendê-los, os profissionais desenvolveram algumas tabelas analíticas,

incluídas nas Notas Explicativas, como o detalhamento do ativo imobilizado, investimentos em coligadas, financiamentos, etc. Criaram-se uma variedade de novas demonstrações, como a de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR), a de Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL), a de Valor Adicionado (DVA) e a de Fluxo de Caixa (DFC). Alguns desses novos relatórios são ainda experimentais, como o Balanço Social e o Balanço Ambiental. O Relatório de Administração tem a qualidade questionável, uma vez que, cada empresa escreve o que deseja. Alguns são objetivos e mostram um rico conteúdo informativo, outros se resumem a uma ou duas frases. A demanda por informação aumentou nos anos 90, graças à globalização, ao progresso em telecomunicação e processamento de dados, tornando possível a comunicação instantânea entre indivíduos, empresas e bolsas de valores”.

Com isso hoje vemos o quão importante é ter um sistema que lhe ofereça todas as condições para atender o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo demonstrar a importância e a história da informatização das rotinas contábeis uma vez que vêm se tornando cada vez mais necessária em tempos modernos, a fim de agilizar processos e aumentar a fiscalização já que as fraudes em sistemas fornecidos

pelo governo ficam cada vez mais raros, além de tirar o rotulo dos profissionais contábeis de “guardador de livros” onde em um passado não muito distante o profissional contábil ficava restrito a preenchimento de livros fiscais, com a chegada da informatização o contador tem muito mais tempo para realizar de fato a contabilidade das empresas oferecendo assim um serviço de mais qualidade para seus clientes em um período de tempo muito menor que o necessário antigamente além disso o próprio governo consegue fiscalizar um número mais amplo de empresas em um curto período de tempo evitando grandes prejuízos a nação por fraudes fiscais, e assim os próprios trabalhadores também se beneficiam pois eles mesmos conseguem realizar a fiscalização sob seus empregadores estão de fato depositando tudo que lhe é de direito contribuinte assim para que todos dentro do ciclo tenham seus direitos assegurados.

As novas exigências do governo adaptaram-se a um novo campo de atuação onde empresas de informática estão se especializando na área contábil para suprir as necessidades dos contadores essa união entre os profissionais de contabilidade e os profissionais na área de tecnologia é cada vez mais comum uma vez que um complementa o outro em suas rotinas de trabalho essa comunicação deve ser bem alinhada para que os seus clientes possam ter um produto e serviço de qualidade.

REFERÊNCIAS

ELLIOT, Robert K. – A Perspective on the Proposed Global Professional Credential – Accounting Horizons – Vol. 15 – n° 4 – Dezembro/2001.

GREENE, J. – Small Biz – Information Technology – Revista Business Week – N° 21 – McGraw-Hill Companies – 04/2003.

Eysenck, M. W., & Keane, M.T. (2007). Manual de psicologia cognitiva. (5a ed.). Porto Alegre: Artes médicas.

Robbins, S. P. (2004). Comportamento Organizacional. (9a ed.). São Paulo: Prentice Hall.

Bächtold, C. (2011). Contabilidade Básica. Curitiba-PR

Iudícibus, S. de (2009). Teoria da Contabilidade. São Paulo, Atlas, 9.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2009). Teoria da contabilidade; tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo, Atlas.

Martini, L (2013). Perito da Polícia Civil

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. (2008). Disponível em: Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.

Primak. V. F. (2009). Infortabilidade – A Contabilidade na Era da Informática.

BRASIL. Decreto nº 7.979, de 8 de Abril de 2013.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7979.htm> Acesso em 22 Nov. 2017.

Lima E.S. Galeale N. V. Arima C. H. Côrtes P.L. Contribuição à Análise da Redução nos Custos de Conformidade Tributária e os Investimentos no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED no BRASIL. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. (2016).

Origuela L. A. Os Principais Impactos do SPED na Profissão Contábil: Uma Análise da Percepção dos Profissionais de Contabilidade. Caderno Profissional de Administração – UNIMEP, v.7, n.1, (2017).

BRASIL. Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.

AJUSTE SINIEF 7, DE 30 DE SETEMBRO DE 2005.

Disponível em:

<https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2005/aj_007_05>.

BRASIL. INSTRUÇÃO NORMATIVA

RFB Nº 1420, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48709&visao=compilado>.

Gil A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. (2008).

Fonseca R. C. V. Metodologia do trabalho Científico. (2009).

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. (1987).

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. (2009).

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Saraiva, 2007.

TOSTES, PEREIRA FERNANDO Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro – v.10, n.2, 2005.
<<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em 30 de abril de 2018.

Resolução do comitê diretivo do eSocial nº 3 de 29 de novembro de 2017. Publicado no Diário Oficial da União em 30 de Novembro de 2017, retificado em 01 de Dezembro de 2017.

FABRETTI, LÁUDIO CAMARGO CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA 14º EDIÇÃO SÃO PAULO EDITORA ATLAS.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

A GESTÃO DE CUSTOS APLICADA AO TERCEIRO SETOR

Cristhiano Barbosa
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo
Doris Day Nantes Miranda Gomes

INTRODUÇÃO

O tema foi proposto diante da importância que as organizações do terceiro setor precisam ter com a sua gestão de custos, uma vez que essas instituições exercem para a sociedade um papel essencial, sobretudo no que diz respeito aos aspectos econômicos, resoluções de conflitos sociais e gerenciamento dos bens públicos destinados a benefícios para a sociedade. As entidades têm ganhado espaço no cenário brasileiro, e muitas delas estão surgindo no chamado terceiro setor.

Este trabalho justifica-se pela relevância do tema, pois contribuirá para que a sociedade conheça os desafios enfrentados pelas entidades do terceiro setor no quesito prestações de contas. As entidades do terceiro setor representam para a sociedade diversas transformações na área social, e paralelamente com essa evolução à conscientização da responsabilidade social dessas entidades.

A sociedade necessita dessas entidades funcionando constantemente, pois elas exercem um papel importante nas atividades assistenciais nos

atendimentos as comunidades, porém tem dificuldades em organizar e manter seu processo de gestão de custos. Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual a importância das entidades do terceiro setor conhecer e manter sua gestão de custo atualizada?**

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar a relevância que a gestão de custos tem para as entidades que atuam no terceiro setor. Para tal, a pesquisa contou com os seguintes objetivos específicos: conceituar organizações e quais são as entidades que compõem o terceiro setor; descrever as ferramentas de gestão de custos que podem ser utilizadas pelas entidades do terceiro setor; e contextualizar a importância da gestão de custos e as suas ferramentas de gestão, quando aplicada no controle da gestão das entidades do terceiro setor.

A metodologia de coleta de dados foi a partir de uma revisão de literaturas relacionadas às afirmações dos autores com o problema da pesquisa, buscando uma discussão entre eles. Os instrumentos e fontes escolhidas para a coleta de dados foram realizadas pelas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), livros, artigos científicos, foi definida como palavras-chave na busca da pesquisa: Terceiro Setor, Gestão de Custos, ferramentas de gestão. O período de análise desses instrumentos de coleta de dados foi entre os anos de 2000 a 2016.

DESENVOLVIMENTO

As organizações do Terceiro Setor ou Organizações Não Governamentais (ONGs), caracterizam-se como entidades de interesse social e sem fins lucrativos. Essas organizações e agrupamentos sociais exercem um papel muito importante em vários setores da sociedade civil, como: defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, apoio as populações mais necessitadas, assistência à saúde, à educação, aos direitos da mulher, aos direitos dos indígenas, da criança, do idoso, do consumidor, entre outros.

Fernandes (1994) afirma bem que as organizações do terceiro setor são aquelas que não são públicas e nem privadas, no sentido convencional desses termos, porém guardam uma relação simbólica com ambas, na medida em que se deriva sua própria identidade.

Conforme dito por Tachizawa (2012), tudo isso se deu devido a divulgações feito pela mídia, deixando informações evidentes que o Estado se mostrou impossibilitado para atender as demandas, principalmente na área social, a partir da Constituição de 1988 (privilegiando a discussão sobre a cidadania).

Introduzida pela Lei n. 4.657/42, no Código Civil, se refere a essas organizações do terceiro setor, definindo-as como: “organizações destinadas com fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, as quais obedecerão à lei do estado em que se constituírem” (BRASIL, 1942). Dessa forma,

observa-se que as entidades do terceiro setor têm origens de interesse social e que precisam permanecer constantes para o atendimento da sociedade.

A questão da filantropia que envolve as organizações, o ser humano em si tem a natureza de ajudar em práticas de atitudes voltadas as atividades sociais que ajudam a manter as ações em prol da comunidade. Para Andrade (1991):

A figura da filantropia, abraçada como bandeira pelas organizações sociais, tem origens muito remotas no mundo grego, e quer dizer humanitarismo ou amor à humanidade. Este amor é traduzido em ações sociais diversas visando ao bem-estar da comunidade como: saúde sanitária, qualidade habitacional, educação infantil, conscientização de coletividade, meio ambiente, etc. São os movimentos sociais, instituídos pela sociedade civil, os precursores das organizações sociais propriamente ditas, tais como: associações, centros, fundações, institutos, etc. (ANDRADE, 1991, p. 35):

Com isso, consegue-se compreender a importância das organizações sem fins lucrativos, pois elas fazem a diferença no contexto político, social econômico no cenário brasileiro. De acordo com Coelho (2008) na década de 80, houve um avanço considerável no papel dessas entidades, em decorrência dos movimentos sociais em questões mais específicas, tais como: discriminação racial,

pobreza, preconceitos sociais, populações indígenas entre outras causas sociais.

Conforme Andrade (1991), o terceiro setor é composto por organizações de natureza privada, ou seja, sem objetivo de obter lucro, dedicadas apenas à consecução de objetivos sociais ou públicos, dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo de atuar de forma voluntária junto a sociedade. Dessa maneira, pode-se conceituar o terceiro setor como conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos.

O terceiro setor abrange uma grande quantidade de entidades não governamentais (ONGs), entidades de natureza privada (não públicas) sem fins lucrativos, que juridicamente são associações, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam pela reunião de pessoas em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas, ou fundações, um patrimônio destinado a um fim de interesse público ou social que adquire personalidade jurídica, sem fins lucrativos.

Entre outras, frente a isso, o terceiro setor pode ser entendido como uma conjunção do primeiro e segundo setor, por possuírem características tanto do Estado quanto do mercado, pode-se dizer que é organizado a partir da iniciativa da própria sociedade, e para um bem comum. Conforme Paes (2009), o terceiro setor em termos do direito brasileiro:

Configuram-se como organizações do Terceiro Setor, ou ONGs – Organizações Não Governamentais, as entidades de interesse social sem fins lucrativos, como as associações, e as fundações de direito privado, com autonomia e administração própria, cujo objetivo é o atendimento de alguma necessidade social ou a defesa de direitos difusos ou emergentes. Tais organizações e agrupamentos sociais cobrem um amplo espectro de atividades, campos de trabalho ou atuação, seja na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, assistência à saúde, apoio a populações carentes, educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, direitos do consumidor, direitos das crianças etc. (PAES, 2009, p.52)

Assim, o terceiro setor pode ser definido como “aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro [...] suas atividades visam o atendimento das necessidades coletivas e muitas vezes públicas” (COELHO, 2008, p. 40). Em resumo, é importante explicar que o terceiro setor tem uma grande abrangência não só na sua forma de atuação, como com relação às entidades sociais que as constituem. As entidades sem fins lucrativos têm algumas características que são peculiares, de acordo com Olak e Nascimento (2010), são exemplos, de tais características:

O lucro não deve ser a sua razão de ser; são pertencentes à população ou à comunidade; os

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

seus recursos financeiros vêm por meio de doações, e o doador não tem direito na participação de lucros ou qualquer bem da instituição; todas as suas decisões, políticas ou operacionais, são feitas por meio de votação. (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.6)

Em perspectiva dessa classificação dos procedimentos contábeis, quanto à gestão de custos, elas enquadram-se no aspecto da questão social, ao passo que o setor privado possui certa responsabilidade, por falhas do Estado, assim as empresas privadas passam a ajudar nas questões sociais, conjuntamente com outras instituições que compõem o terceiro setor (MARION, 1998).

As entidades sem fins lucrativos exercem um importante papel na sociedade, sobretudo, no que diz respeito à economia e o gerenciamento de bens públicos destinados ao benefício do bem comum. De acordo com Olak e Nascimento (2010), o terceiro setor engloba as entidades privadas, cuja finalidade é voltada para a área pública ou coletiva para gerar um bem comum na sociedade.

Uma caracterização ampla seria o Estado chamado primeiro setor, aquele que atende as necessidades públicas, como educação e saúde. O segundo setor (Mercado) são as empresas privadas, cuja finalidade é a obtenção de lucro entre os proprietários, pela produção de bens e serviços. A expressão “sem fins lucrativos” é um termo muito usado para designar as entidades que estão fora do contexto do estado e do mercado, mas que por si só,

não refletem o que são e o papel que desempenham na sociedade.

A finalidade pública ou coletiva para geração do bem comum, levando em consideração a importância dessas instituições dentro da sociedade como prestadoras de serviços assistenciais, e que a contabilidade atua como um auxílio para acompanhar as alterações patrimoniais e o controle financeiro, e ter uma boa gestão de recursos. Pode ser definido como “aquele em que as atividades não seriam nem coercitivas nem voltadas para o lucro [...] suas atividades visam o atendimento das necessidades coletivas e muitas vezes públicas” (COELHO, 2008, p. 40).

A rentabilidade nesses tipos de entidades não é peculiar, ou seja, o lucro não é o objetivo fundamental, sua razão de ser, no entanto, podem eventualmente ter superávits, os utilizando para a manutenção ou expansão das suas atividades. A gestão das entidades sem fins lucrativos não tem a obrigação de prover retorno sobre os investimentos dessas entidades, já que, o objetivo maior é o atendimento a sociedade (OLAK; NASCIMENTO, 2010). Andrade (1991) declara que:

Entidades sem fins lucrativos são aquelas instituições formadas com propósitos sociais, educacionais, religiosos, de saúde ou filantrópicos e aquelas em que, normalmente, não existe interesse na transferência da propriedade e seus membros ou contribuintes

não recebem qualquer ganho econômico ou financeiro. (ANDRADE, 1991, p. 310)

As entidades sem fins lucrativos têm algumas características que são peculiares, de acordo com Olak e Nascimento (2010, p. 6), são um exemplo de tais características, o lucro não ser sua razão de ser; são pertencentes à população ou a comunidade; os seus recursos financeiros são por meio de doações, e o doador não tem direito na participação de lucros ou qualquer bem da instituição; todas as suas decisões, políticas ou operacionais, são feitas através de votação.

Para obter o sucesso financeiro em qualquer empresa é necessário ter uma gestão de custos eficiente e eficaz. Com essa organização financeira na gestão dos custos pode oferecer mais rentabilidade e conseqüentemente, aumenta o desempenho da gestão em um cenário tão competitivo (LUZ; ROCCHI, 1996). E mais, a gestão de custos também auxilia no planejamento, no controle e na formação das operações das organizações, ou seja, é essencial para todas as organizações independente se ela é pública ou privada.

A gestão de custo auxilia o gestor a controlar o negócio de forma sólida e longa, pois o sucesso da empresa está atrelado à forma como é dirigida a contabilidade de custos. A gestão de custos faz parte da gestão de negócios, já que, envolve todas as áreas da organização. Para o autor Leone (2009), quanto mais informações do produto ou serviço da empresa

os gestores obtiverem, mais eles têm condições positivas na tomada de decisão.

Tudo que está envolvido nos negócios da empresa, estoque, investimento, mão de obra, compra de insumos, transporte, energia elétrica, etc., estão dentro do controle de custos, ou seja, isso inclui tanto a criação de um produto como a oferta de um serviço (MARTINS, 2010). Por isso, a importância de ter um bom controle quanto ao orçamento geral de uma empresa, sem saber quanto de recurso é destinado a cada área dessa é impossível haver lucros.

Dentro dessa perspectiva, a gestão de custos pode ser considerada uma ferramenta estratégica para a gestão das empresas, sendo ela privada ou do terceiro setor, uma vez que ambas precisam ter um controle financeiro organizado. Independente se algumas instituições do terceiro setor não tiverem por objetivo o lucro, mas precisa conhecer melhor os gastos para saber gerir os valores dos custos fixos e variáveis, que toda empresa tem.

De acordo com o autor Martins (2010), a contabilidade de custos busca como metas assegurar o gestor contábil com mais precisão na escolha das informações para assim ele tomar as decisões dentro do controle financeiro, gastos com cada produto/serviço, quando se tem o controle dos custos desses organizado melhora o planejamento de todos os setores da entidade.

Existem alguns objetivos que são importantes e vale destacar sobre a gestão de custos, os quais são: Fornecer informações sobre o rendimento e o desempenho de diversas atividades que a empresa

trabalha; auxilia no controle, planejamento e desenvolvimento das operações e também fornece informações que possam subsidiar a tomada de decisões (DUTRA, 2010). Seguindo todos esses objetivos os gestores estarão preparados de informações reais da empresa.

Com todo esse planejamento, certamente, trará benefícios para a gestão de custos das empresas. Tais benefícios podem ser: o controle do aumento dos custos, reduzindo gastos desnecessários, mais qualidade para os serviços. Sendo assim, é fundamental saber equilibrar o que entra e o que sai das entidades do terceiro setor.

Com o planejamento dos custos fixos e variáveis, melhora no organizar e no controlar de todos os tipos de gastos que entra e que sai, ajudando na gestão da contabilidade de custos das organizações (PEREZ, 1999). Com isso, é possível identificar os investimentos desnecessários. A gestão de custos aplicada ao terceiro setor segue praticamente as mesmas regras da gestão dos negócios.

Contudo, o planejamento e a gestão de custos dentro das organizações do terceiro setor, precisam seguir uma gestão como outra empresa qualquer, dentro dos procedimentos das organizações que compõem o terceiro setor. Tais entidades brasileiras do terceiro setor exigem um padrão específico de contabilidade de custos, para que possam produzir prestações de contas compatíveis com sua realidade.

A contabilidade possui um papel muito importante na gestão de custos, já que ela tem as

ferramentas que auxiliam os gestores da tomada de decisão. Para Perez (1999), a preocupação com a gestão das organizações do terceiro setor tem se intensificado e tem-se revelado um grande desafio para os gestores dessas entidades, por isso o conhecimento dessa ferramenta é indispensável para as organizações do terceiro setor.

Sabendo da importância de ter gestão em qualquer negócio, no setor das organizações do terceiro setor não é diferente, uma vez que elas não têm como objetivo final lucrar, mas precisam ter controle dos seus custos diários. Até mesmo porque a gestão de custos é uma preocupação dessas organizações, pois a maioria delas vivem de doações e ajuda do governo, muitas vezes não tem um valor de recebimento fixo mensal, necessitando assim de ter um controle de gestão bem-organizado, para que possam manter o andamento dos serviços prestados.

Para Marion (1998, p. 27), “a contabilidade é um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, pois coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios que contribuem para a tomada de decisão”. Já para Martins (2010, p.25), “a contabilidade de custos tem duas funções relevantes: o auxílio ao controle e a ajuda às tomadas de decisões”. Luz e Rocchi (1996), afirmam na mesma direção que:

A organização a partir das informações dos custos, os gestores poderão tomar decisões necessárias na organização, cabendo-lhes

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

analisar as características específicas de cada sistema de custeio a fim de identificar aquele que mais se adapta a estrutura e aos projetos desenvolvidos pela organização. (LUZ e ROCCHI, 1996, p. 21)

Portanto, são imensuráveis a importância e os benefícios obtidos por entidades do terceiro setor que efetuam de forma clara, concisa e fidedigna sua contabilidade de custos, pois a informação da gestão contábil pode viabilizar o processo de captação de recursos, uma vez que esta informação pode ser exigida por pessoas físicas e jurídicas que têm a intenção de efetuar doações as instituições do terceiro setor.

Para Marion (1998), uma das maiores preocupações com a gestão das organizações do terceiro setor tem se intensificado e tem se revelado de grande importância para todos os gestores, pois são áreas muito desafiadoras, já que a maioria das instituições do terceiro setor mantêm-se de doações. Por isso, ele reforça é importante saber utilizar as ferramentas certas para auxiliar no controle da gestão.

Perez (1999) reforça que a área de custos, a qual influencia todas as decisões estratégicas, delimita quais as melhores ações a serem executadas, para isso é necessário o controle efetivo, a fim de que os recursos economizados sejam utilizados para o alcance efetivo da missão e dos propósitos a serem alcançados. Diante de tudo que foi dito, percebe-se que as entidades do terceiro setor precisam se

organizar dentro do planejamento dos seus custos, com informações relevantes para não ter erros na tomada de decisão. Para Bio (1996), considera-se sistema um conjunto de:

[...] Partes que interagem formando um todo unitário e complexo. Nessa mesma linha de pensamento, Stair (1998, p.6) diz que “um sistema é um conjunto de elementos ou componentes que interagem para se atingirem objetivos”, ou seja, esse conjunto de elementos é montado de forma que, juntos, possam atuar para cumprir as metas ou os objetivos do todo. (BIO, 1996, p.18)

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade o sistema contábil está estruturado nos seguintes subsistemas de informações: a) orçamentário, registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento e a execução; b) patrimonial, registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público. Entre os vários sistemas (ou subsistemas) que formam a organização, destaca-se o sistema de informação e, como tal, interage com a organização, sofrendo os mesmos impactos que ela.

Para uma adequada compreensão do que se entende por sistema de informação, recomenda-se uma breve discussão do significado conceitual da informação. Como dito por Laudon e Laudon (2004) que informação é o conjunto de dados significativos e

úteis aos seres humanos em processos como o de tomada de decisões. Já Oliveira (1998) define a informação como sendo “o produto da análise dos dados existentes na empresa, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisão na forma otimizada”.

A partir desses conceitos, entende-se que sistema de informação corresponde a um “conjunto de elementos que funcionam juntos para processar entradas [dados] e produzir e distribuir dados e informações de saída” (PADOVEZE, 2004). Assim, esses elementos inter-relacionados coletam (entrada), manipulam e armazenam (processamento), disseminam os dados e as informações (saída), como também fornecem um mecanismo de feedback (retroalimentação), que corresponde a reintrodução de uma saída, sob a forma de informação, para fazer ajustes ou modificações nas atividades de entrada ou processamento.

Os sistemas de informações representam na atualidade uma das principais ferramentas de que os gestores utilizam para auxiliá-los nos processos de gestão e decisão. A importância crescente desses sistemas decorre do aumento no volume de dados e informações que permeiam a organização moderna, tornando o ato de administrar bastante complexo.

Diante de tanta inovação, não é mais possível gerenciar eficientemente uma organização sem o apoio da tecnologia da informação, em particular, dos sistemas de informação computadorizados. Bem

como os procedimentos que são as instruções operacionais para a utilização de um sistema de informação pelo homem. Os sistemas de informações classificam-se em: operacionais, gerenciais e de apoio à decisão (PADOVEZE, 2004).

Considerando-se que gerenciar é um processo que envolve as funções de planejamento, organização, direção e controle voltado para resultados, e que no processo decisório em cada uma dessas funções a informação é convertida em uma ação, tem-se que a qualidade da decisão está fortemente vinculada à qualidade das informações fornecidas pelos sistemas de informações. Portanto, faz-se necessário um conjunto organizado de pessoas, procedimentos, banco de dados e dispositivos tecnológicos que forneçam aos administradores as informações para ajudá-los a atingir as metas da organização.

No ato de administrar os gestores se amparam nos sistemas de informações referentes a cada área de gestão. Contudo, o SIC passou a ser considerado um dos principais sistemas de informação gerencial, o qual atuando conjuntamente com os demais sistemas organizacionais contribui com todas as etapas do processo decisório e de gestão com dito por (PADOVEZE, 2004) tornando-se uma ferramenta gerencial indispensável.

Nesses processos de captação e processamento de dados e de produção de informações Contábeis (SIC) constrói um canal de comunicação com o ambiente organizacional no qual está inserido e com o ambiente externo. Desse modo, as necessidades de informação dos usuários, em particular, dos gestores

internos poderão ser atendidas através do SIC. Esses usuários internos, possivelmente, são os que necessitam com maior frequência e grau de detalhamento das informações geradas pelo SIC, para atender às constantes demandas das funções gerenciais.

CONSIDERAÇÕES

Pesquisas atuais apresentam o crescimento gradativo, no Brasil, das organizações do terceiro setor atuantes; porém, de modo geral, essas organizações ignoram qualquer prática de gestão empresarial. Os desafios da gestão na área social hoje são muitos e só sobreviverão as organizações que aprenderem a gerir seus recursos de maneira eficiente. As novas oportunidades para a gestão do terceiro setor exigem clareza gerencial, pois implica em definir bem a sua missão, estabelecendo objetivos e metas claras e mensuráveis, além de escolher os melhores meios de baixar os custos.

A pesquisa evidenciou que a gestão de custos é uma ferramenta indispensável ao gerenciamento das organizações do terceiro setor, pois contribui para a melhoria da tomada de decisões, na medida em que identifica os produtos e ou atividades que são rentáveis ou não. Por meio desse estudo foi possível constatar que se as organizações inseridas nesse contexto não possuírem o controle dos custos, torna-se difícil para permanência das mesmas.

A busca de recursos para manter suas atividades, faz com que os gestores das organizações

do terceiro setor necessitem de informações para melhorar o gerenciamento e a eficiência das atividades que desempenham, compreendendo os custos de cada atividade desenvolvida pela organização, pois assim terá como manter a sustentabilidade da mesma.

Como contribuição principal deste trabalho, ressalta-se a apresentação das vantagens com a utilização da gestão de custos nas organizações, como uma ferramenta que possibilitará o gerenciamento do resultado, e principalmente auxiliar no processo decisório desse tipo de organização. O estudo sugere, portanto, que se viabilize um trabalho contínuo na gestão de custos para as entidades que atuam no terceiro setor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. A. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos**. São Paulo: Atlas, 1991.

BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 09 set. 1942.

COELHO, F. U. **Curso de direito civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DUTRA, R. G. **Custos: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LUZ, O. S.; ROCCHI, C. A.; Estrutura e funcionamento dos sistemas de apuração e análise de custos. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 27, n. 93, p. 21-90, jan./mar., 1996.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, E. I. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, P.; NASCIMENTO, D. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos: terceiro setor.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004

PAES, E. S. **Livro fundações, associações e entidades de interesse social**. 10. ed. São Paulo: Forense, 2009.

PEREZ, J. **Gestão estratégica de custos**. São Paulo: Atlas, 1999.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A AUDITORIA CONTABEL

Cicera Ferreira Rodrigues
Franciasmyn dos Santos Rocha
Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção
Ryan Caldas Quevedo

INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis, amplamente aceita no meio acadêmico e empresarial, é dividida em duas categorias distintas: Análise Financeira, que possibilita a interpretação da saúde financeira da empresa, seu grau de liquidez e capacidade de solvência.

Análise Econômica, que possibilita a interpretação das variações do patrimônio e da riqueza gerada por sua movimentação. Tanto a análise financeira quanto a econômica são elaboradas e avaliadas sob vários pontos de vistas distintos, conforme a necessidade e amplitude de cada usuário. A pesquisa tem como objetivo, destacar a relevância das informações transmitidas pelas principais demonstrações contábeis para a tomada de decisões dos administradores da empresa para atingir os objetivos organizacionais.

DESENVOLVIMENTO

As demonstrações contábeis são responsáveis por apresentar a situação financeira de uma empresa ou entidade do terceiro setor. Através delas é possível compreender a saúde da empresa e pautar decisões. Melo (2018) descreve que: Demonstrações Contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a muitos usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

Diante da importância das demonstrações contábeis para uma auditoria, detalharemos a seguir os documentos contábeis utilizados para análise em uma auditoria externa.

O Balanço Patrimonial (BP), de forma simples, é uma demonstração contábil responsável por apresentar o financeiro de uma empresa ou entidade, conforme afirma Melo (2018, p. 52) “é uma demonstração contábil estática, e sintética, ou seja, mostra-nos a situação financeira e patrimonial em uma determinada data.”

Essa demonstração contábil apresenta em sua estrutura, ativo, passivo e patrimônio líquido. Ativo se enquadram todos os bens e direitos da empresa, como imóveis, carros, máquinas, duplicatas a receber. O ativo possui uma subdivisão, que são ativos circulante e ativo não circulante. No Passivo estão os compromissos financeiros, ou seja, contas a pagar, como salários, impostos e duplicatas a pagar. Por fim

o patrimônio líquido é o capital social, reservas de capital, entre outros.

Em fundamento ao que foi descrito até aqui, Melo (2018, p. 72) ressalta que "O ativo é constituído pelos bens e direito de natureza devedora e o passivo é formado pelas obrigações com terceiros e sócios de natureza credora.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) proporciona a apreciação econômica e financeira dentro de um certo período. De forma simplificada, ela é a responsável por apontar se a empresa obteve lucro ou prejuízo. A DRE é composta por receitas e despesas, Melo (2018) ressalta:

"As receitas e despesas são os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado. As receitas representam os aumentos nos benefícios econômicos sob forma de entrada de recursos e as despesas são os decréscimos nos benefícios econômicos sob a forma de saída de recursos." (MELO, 2018, p. 65)

Na demonstração de Fluxo de Caixa obtemos as entradas e saída de dinheiro do caixa, contas bancárias e equivalentes de caixa. Melo (2018) explica sobre a nomenclatura de equivalentes de caixa sendo:

"(...) são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, a sua finalidade é atender a compromissos de caixa de curto prazo, ele

precisa ter conversibilidade imediata." (MELO, 2018, p. 88)

O Fluxo de Caixa engloba contas a pagar e a receber, a estrutura dessa demonstração divide-se em três atividades, operacionais, de investimentos e de financiamento.

As operacionais são oriundas da atividade da empresa, ou seja, são valores relacionados a venda ou prestação de serviço. Os de investimento é a utilização de recursos da empresa para gerar benefícios futuros, a exemplo uma compra ou venda de máquina. Enquanto a de financiamento está relacionada a entradas e saídas para captação de recursos por meio de financiamento.

A Demonstração Das Mutações Do Patrimônio Líquido (DMPL) não é uma documentação contábil obrigatório, salvo empresas de capital aberto. A DMPL é a responsável por detalhar as alterações ocorridas no patrimônio líquido da empresa.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é o demonstrativo contábil que evidencia, de forma sucinta, o valor gerado por uma empresa em determinado período, bem como a sua distribuição entre todos aqueles que participaram de sua produção. Como o próprio nome sugere, a DVA mostra quanta “riqueza” foi adicionada no balanço da empresa entre uma data e outra.

De acordo com a Lei 11.638/2007, a toda empresa de capital aberto é obrigada a elaborar a DVA a cada exercício contábil. Ou seja, nessas companhias, a demonstração deve ser divulgada ao

menos anualmente, junto com os demais demonstrativos financeiros e relatórios de contabilidade.

Mas mesmo não sendo obrigatória para as demais empresas, muitas delas optam por elaborar a DVA por questões gerenciais. Normalmente, o demonstrativo é usado principalmente para medir a eficiência da empresa em transformar seus recursos produtivos em valor.

De acordo com o regulamento internacional, a DRA explicita “uma alteração no patrimônio líquido de uma sociedade durante um período, decorrente de transações e outros eventos e circunstâncias não originados dos sócios.

Essa demonstração é realizada primordialmente para que os acionistas e investidores tenham o real entendimento dos números financeiros da companhia. Com as informações relacionadas ao setor financeiro disponibilizadas, as decisões dos proprietários, diretores ou profissionais responsáveis fica muito mais fácil.

As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial.

A publicação de Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras está prevista no § 4º do artigo 176 da Lei 6.404/76 (Lei das S/A), adiante transcrito:

"(...) as demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício".
(BRASIL, 1976)

As Notas Explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial. As Notas Explicativas poderão estar relacionadas a qualquer outra das Demonstrações Financeiras, como a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, ou Fluxo de Caixa.

CONSIDERAÇÕES

Portanto é importante que os administradores da empresa passam a ter mais interesse pelas informações transmitidas através dos relatórios produzidos a partir dos principais demonstrativos que é o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, que possibilita uma visão mais ampla da situação financeira e econômica da empresa, que auxiliem para tomada de decisões coerentes no momento certo e até para as perspectivas de crescimento da empresa.

Contudo o presente estudo trouxe mais conhecimentos a respeito do tema e uma visão geral

do que gira em torno da gestão empresarial, o que desperta ainda mais o interesse de buscar cada vez mais a experiência profissional e ter a capacidade de encontrar soluções para resolver os problemas organizacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Brasília, DF, 15 dez 1976.

MELO, M. M. **Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2018.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade

A IMPORTÂNCIA DA ATUÁRIA NA GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Aline Lemos de Oliveira

Bruno Rovati Aquino

Juliana de Andrade da Mota

Ayron Vinícius Pinheiro de Assunção

INTRODUÇÃO

Quando nos referimos as ciências atuariais, temos que ter como base a análise e gerenciamento de riscos, sejam eles ligados à saúde, segurança ou patrimônio financeiro. No Brasil, o Estado desenvolveu proteções sociais para que assegure as pessoas a ter amparo caso algum imprevisto ocorra, como por exemplo o INSS.

Tal instituto que recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, essa que por vez é responsável pelo pagamento de aposentadorias, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-acidente, dentro outros benefícios ligados as Atividades Exclusivas de Estado, ou seja, tudo que tiver risco econômico, a Ciência Atuarial irá focar.

Conforme Souza (2002) as Ciências Atuariais calcula as probabilidades de eventos onde se avalia os riscos e fixa os prêmios, indenizações e benefícios aos assegurados pelas previdências sociais ou privadas. Segundo Chaves (2010) a ciência atuarial

tem sua natureza de estudo das consequências que terão certos eventos que envolvam riscos e incertezas.

De acordo com Póvoas (2000) o Brasil possui dois sistemas de previdência, sendo eles a privada fechada, que são conhecidos como os fundos de pensão, e a previdência privada aberta, que são conhecidos como seguros e montepios.

Puxando um gancho para o setor de seguros, no Brasil, a primeira seguradora chamava-se Companhia de Seguros Boa Fê, criada no ano de 1808 com o objetivo de operar no seguro marítimo devido a abertura dos portos ao comércio internacional, fato esse devido a vinda dos portugueses ao nosso país. Desde então, o comércio se expandiu e veio crescendo exponencialmente, partindo para ramos de seguro de vida, seguro de danos e responsabilidades, previdência e capitalização.

Utilizando o cenário de pandemia como exemplo, é notório a preocupação das pessoas em estarem preparados a riscos diversos, tanto que, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg), de janeiro a junho de 2021, o mercado de seguros no Brasil cresceu 19,8%, com uma arrecadação de R\$ 145,1 bilhões, superior à do segundo semestre de 2019, tendo como protagonistas os seguros corporativos de danos e responsabilidades devido às necessidades das empresas de proteger seu patrimônio nesse período de crise e os seguros de vida devido a preocupação visível das pessoas para possíveis acontecimentos de fatalidade.

A ligação da Ciências Atuariais com as indústrias de seguros e previdência é historicamente

relevante. Contudo, ocasionado de um mercado de trabalho mais competitivo, não basta apenas ser um atuário técnico mas sim um gestor de riscos, visando sempre investigar e exercitar os possíveis cenários que possam vir a se tornar realidade, passando a se tornar também um crítico analista. As metodologias utilizadas atualmente serão apresentadas nos tópicos a seguir, sendo exemplificados e referenciados correlatando a acontecimentos vivenciados no decorrer dos anos.

DESENVOLVIMENTO

Os atuários precisam verificar a validade de muitas suposições demográficas, Fatores econômicos, financeiros e sociais no processo de modelagem. É um atuário quem julga se uma dada visão de desenvolvimento futuro é as sociedades e economias que compõem todos esses pressupostos são consistentes e realista.

Os atuários devem alertar o governo e os governadores sobre os planos, as pensões individuais são claramente inconsistentes e incompatíveis políticas sociais, econômicas e fiscais nacionais. É necessário que o atuário demonstre que financiamento muito promissor, subfinanciado e baixo nível de benefícios e má alocação de recursos e riscos futuros orçamento do governo. Os atuários precisam agir como guardiões da razão apoio financeiro no desenvolvimento da política social.

O papel do atuário na previdência social, a partir da operação do plano de previdência, o atuário

executa desempenhar um papel fundamental na análise de sua situação financeira e recomendar ações adequadas para garantir a sua viabilidade. Mais especificamente, os atuários incluem a avaliação do impacto financeiro do estabelecimento de novos planos, monitoram regularmente sua situação financeira e estimam o efeito de várias modificações que podem afetar o plano. Sua presença.

Requisitos de incerteza associados à introdução de regimes de pensões além de outros especialistas, a intervenção do atuário geralmente inicia um processo de consulta para determinar a base legal para o plano. Este processo pode ser demorado, pois as negociações ocorrem em vários grupos de interesse, nomeadamente governo, trabalhadores e empregadores. Usualmente, cada grupo de interesse faz uma série de solicitações relacionadas à extensão da quantidade de benefícios e recursos que a proteção deve fornecer. Fundos que devem ser alocados para lidar com o risco.

Esse é o lugar para trabalhar os atuários se tornam críticos, pois incluem a estimativa do impacto financeiro de longo prazo que, em última análise, fornece uma estrutura sólida para medidas quantitativas que orientarão futuras decisões políticas. Um dos dados utilizados pelos atuários são as amostras de gráficos que podem-se tornar um fator importante para uma tomada de decisão.

Com relação ao comportamento recente da mortalidade, os níveis caíram muito além dos previstos décadas atrás (MYRRHA, DIAS, FERNANDES, ARAÚJO, HLATKY, PEREIRA e

BRITTO, 2014). Os cprichos dos eventos são vistos como um problema na geração de estimativas confiáveis devido a flutuações aleatórias onde tanto a mortalidade quanto os componentes populacionais contribuem para essas estimativas (SOUZA, 2014).

Utilizam-se a Escala AA, o Modelo de Lee-Carter Estendido e o Modelo Quadrático Múltiplo, a partir de dados disponibilizados pelas tábuas do IBGE (2011-2016), além de dados de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), fictício.

Entre os principais resultados, concluímos que a probabilidade de óbito para ambos os sexos diminuiu anualmente entre 2011 e 2016; para ambos os sexos, idade e período tiveram efeito sobre a mortalidade, mas sem efeito de corte; ambos os sexos aumentaram a expectativa de vida; e menor mortalidade em mulheres em comparação com homens; maior declínio na mortalidade em homens em comparação com mulheres e em idosos em comparação com pessoas mais jovens; Tabelas AA e LC em comparação com a tabela observada de 2016 Os custos normais e as reservas matemáticas incorridas são subestimados, enquanto os custos normais e as reservas matemáticas incorridos pela tabela MQM são superestimados.

Apesar do interesse, no presente estudo, em mensurar o impacto das diferentes estimativas de mortalidade sobre o cálculo atuarial, seus efeitos ecoam, na verdade, sobre diversas áreas: sob a perspectiva demográfica, a mortalidade se constitui num dos três componentes (junto com a fecundidade e migração) que determinam o ritmo do crescimento

populacional; sob o olhar das políticas públicas, em que a redução da mortalidade em alguma ou em todas as faixas etárias devem nortear a oferta de serviços públicos; sob a ótica previdenciária, define o tipo de relação entre ativos e inativos. Assim, de forma menos restrita, é possível compreender a importância de estudos relativos à mortalidade e suas inúmeras aplicações.

Em 1931, a lei nº 20.158 organizou um curso técnico para atuários. Certos cursos de educação empresarial oferecidos pelo governo federal são regulamentados por esta ordem. Entre eles estão o curso de Contador e o curso avançado para contadores Profissionais, que permanecer conhecidos como controladores pela lei 1.535, de 23 de agosto de 1939. Nós vamos.

Os cursos de Especialidade Atuarial e Contábil são ambos cursos de três anos e possuem currículo semelhante para os dois primeiros anos, com especializações em cada área do conhecimento apenas no último ano.

No entanto, dos cinco cursos abastecidos na época dois ainda eram semelhantes, Estatística e Economia. As disciplinas específicas do curso de atuário eram: contabilidade de seguros, cálculo atuarial e legislação de seguros, enquanto no curso de contabilidade eram: contabilidade industrial e agrícola, contabilidade bancária e história do comércio.

Percebe-se que o atuário foi formado com conhecimentos suficientes para exercer a contabilidade na área de seguros, pois possuía

conhecimentos básicos de contabilidade e conhecimentos específicos da área de seguros, o que sugere uma estreita relação com a ciência contábil.

Assim, em 1945, por meio do Decreto-Lei 7.988, foi criado o ensino superior em ciências atuariais juntamente com as ciências contábeis, por meio de uma carreira denominada ciências contábeis e atuariais. Além de unificar os setores Actuário e Contábil, este decreto garantiu os mesmos direitos concedidos aos graduados em ciências contábeis e atuariais, controladores e atuários formados durante a vigência do decreto anterior.

Ao atuário, embora tendo conhecimentos básicos sobre contabilidade, não cabe a elaboração e a análise dos relatórios contábeis, funções exclusivas do Contador, porém ele é o responsável técnico dos relatórios das empresas que operam com a atividade atuarial no Brasil.

Portanto, os relatórios contábeis destas entidades devem evidenciar com clareza as particularidades do ramo. Para isso, o contador deverá ter o conhecimento destas particularidades, da perfeita contabilização dos complexos cálculos realizados pelo setor atuarial, bem como, das exigências dos órgãos fiscalizadores.

O Contador deverá estar apto a fornecer informações sobre a situação financeira da empresa, para que seja possível ao atuário realizar a análise atuarial exigida pelos órgãos regulamentadores, como por exemplo, a análise da margem de solvência e a análise das provisões técnicas.

CONSIDERAÇÕES

Neste artigo foi abordado sobre a história da ciência atuária desde seu surgimento, elencando seus principais pontos desenvolvidos e como está nos dias de hoje.

Foram citados os conceitos dessa ciência na visão de renomados autores como Manuel Soares Póvoas. Como vimos, esse trabalho é resultado de um comparativo das diferentes estimativas de mortalidade sobre o cálculo atuarial, ressaltando a importância do profissional atuário, que lida com os efeitos financeiros do risco e da incerteza e como atua frente a previdência social.

Por fim, relativamente foi exposto as distinções entre ciências contábeis e atuariais, no que diz respeito a sua graduação, suas exigências, responsabilidades e suas atividades de um profissional para outro.

REFERÊNCIAS

CHAVES, N. **Origens da Ciência Atuarial e as Principais Áreas de Atuação do Atuário no Brasil: Uma Abordagem Introdutória.** (Monografia - Graduação em Ciências Atuariais). Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Economia, Fortaleza, 2010.

MYRRHA, M. A. C.; DIAS, R. C.; FERNANDES, A. A.; ARAÚJO, C. G.; HLATKY, M. A.; PEREIRA, D. G.; BRITTO, R. R. Duke Activity Status Index em doenças cardiovasculares: validação de tradução em

português. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 102, n. 4, 2014.

PÓVOAS, M. S. **Seguro e previdência na rota das instituições do bem-estar**. São Paulo: ANSP, 2000.

SOUZA, F. H. **Padrão da mortalidade brasileira: estimativas a partir do nível municipal**. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, do Centro de Ciências Exatas e da Terra, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2014.

SOUZA, S. **Seguros: Contabilidade, atuária e auditoria**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Reflexões Multidisciplinares sobre Contabilidade